

Ajuste fiscal de 28 bi

Novo imposto sobre gasolina e mais contribuição à Previdência

As medidas propostas pelo ministro Pedro Malan ao presidente Fernando Henrique são suficientes para produzir um efeito fiscal de R\$ 28 bilhões. Trata-se do mais duro esforço para acertar as contas públicas das últimas décadas. Se cumprido o programa, o Governo conseguirá salvar a estabilidade monetária, que sofre a ação dos especuladores financeiros internacionais desconfiados da capacidade do País em organizar sua economia. O aperto, no entanto, terá como contrapartida a redução da taxa de juros. O ajuste é condição necessária para que o Brasil receba apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Tesouro americano e outras instituições de crédito, numa operação que pode chegar a US\$ 50 bilhões. O que o ministro Pedro Malan levou, ontem, ao Presidente, é mais do que o necessário para cumprir as metas acertadas com o FMI, indicando que há margem para negociar as medidas com o Congresso. O Presidente, segundo o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, gostou das propostas e vai discuti-las com as lideranças do Congresso, na semana que vem.

O ajuste vai pesar sobre toda a sociedade. O Orçamento da União sofrerá corte de R\$ 8 bilhões. A CPMF passará de 0,2% para 0,3%, aumento que resultaria numa arrecadação de mais R\$ 4 bilhões. Os servidores públicos vão contribuir mais com a Previdência: a alíquota passa de 11% para 15%. Os aposentados, que hoje não pagam, contribuiriam com 11%, medida que atingiria os inativos da União, dos estados e dos municípios. As viagens internacionais também ficarão mais caras, com aumento de 2% para 10% do Imposto sobre Operações Financeiras nos gastos realizados no exterior. A gasolina vai subir com a criação de um novo imposto sobre combustíveis. Pelo menos R\$ 17 bilhões dos R\$ 28 bilhões previstos podem ser obtidos imediatamente. Mas o restante dependerá do Congresso. Para ampliar a margem de segurança na batalha para acabar com o déficit público, o Governo vai propor aumento de 20% para 30% das receitas do Fundo de Estabilização Fiscal. Não se trata, neste caso, nem de aumento de imposto nem corte de despesas, mas de desvinculação das receitas. Mas é uma proposta que certamente encontrará forte resistência dos governadores e prefeitos.



MALAN, ontem, no fim da manhã, depois de apresentar o ajuste ao Presidente à porta do Palácio da Alvorada: observando o corte no gramado

SERVIÇO ESPECIAL

Jornal de Brasília

A B C

D A S M E D I D A S

Aumentos – A CPMF, que incide sobre as movimentações bancárias e financeiras, terá sua alíquota elevada de 0,2% para 0,3%. A alíquota de 27,5% do Imposto de Renda de Pessoa Física, que incide sobre os salários acima de R\$ 1,8 mil, será mantida até 2001. Os servidores públicos deverão ter a contribuição previdenciária aumentada de 11% para 15%.

Bancos – O Governo pedirá ao Congresso pressa na aprovação de um projeto que já tramita para obrigar as instituições financeiras a pagarem a Cofins.

Combustíveis e cigarros – Poderá ser criado um imposto sobre o consumo de combustíveis. O imposto de exportação de cigarros será elevado de 40% para 120% pa-

ra evitar o contrabando do produto a partir do Paraguai.

Dispositivos – O Governo deverá insistir em aprovar dispositivos da reforma da Previdência que foram rejeitados na Câmara, submetendo-os novamente ao Senado.

Estados e municípios deverão perder receita com a intenção do Governo de prorrogar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e aumentar de 20% para 30% ou até 40% as receitas que deixarão de ser repassadas ao Fundo de Participação de Estados e Municípios.

Empresas – As empresas não poderão mais deduzir do Imposto de Renda os juros que remuneraram o capital próprio. Todas as empresas pode-

rão ser obrigadas a declarar Imposto de Renda com base no lucro presumido.

FMI – Pela primeira vez, e justamente com o Brasil, aceitou: 1 – ajudar um país antes de ele quebrar, como fez nos últimos meses com a Indonésia, Coréia do Sul e Rússia; 2 – aprovar as propostas e condições do país socorrido.

Fortunas – O Governo insistirá na criação do Imposto sobre Grandes Fortunas. Patrimônios pessoais acima de R\$ 4 milhões poderão ser taxados com alíquota que será definida entre 0,1% a 0,7%.

Gastos – Haverá cortes de gastos de custeio e de investimentos para os próximos três anos. Em 1999, a redução poderá ficar em R\$ 8 bilhões.

Gatilho – Será criada a Lei de Finanças Públicas, que instituirá uma espécie de gatilho para impedir estados e municípios de gastarem mais do que arrecadam.

Impostos – Junto com o pacote fiscal será enviado ao Congresso o projeto de reforma tributária, que extingue o IPI e o ICMS e cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Inativos – Tanto os do Serviço Público Federal quanto os dos estados e municípios deverão passar a recolher contribuição previdenciária.

Incentivos fiscais – Deverão ser reduzidos, com uma economia de R\$ 700 milhões por ano.

Juros – Com os primeiros resultados do pacote, o Go-

verno pretende iniciar uma redução gradual dos juros.

Lei Camata – Estados e municípios terão que se enquadrar à Lei Camata que determina que os custos com pessoal no próximo ano não poderão ultrapassar de 60% do total das receitas.

Municípios – Junto com os estados deverão ser os mais atingidos com o pacote fiscal.

Previdência – A reforma da Previdência deverá ser concluída ainda este ano para gerar uma economia de gastos de R\$ 2 bilhões, já no próximo ano.

Viagens – O IOF incidente sobre os gastos com viagens ao exterior subirá de 2% para 10%.